

LEGISLAÇÃO FISCAL

Ana Paula Rocha
Sara Luís Dias

COLEÇÃO LEGISLAÇÃO

3.ª EDIÇÃO

ÍNDICE

Sumário	5
Nota prévia à 3. ^a edição	7
Nota prévia à 1. ^a edição	9

I. NORMAS FUNDAMENTAIS

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (Seleção de Artigos)

Princípios fundamentais.....	13
...	
Parte I — Direitos e deveres fundamentais.....	14
Título I — Princípios gerais	14
Título II — Direitos, liberdades e garantias	15
Capítulo I — Direitos, liberdades e garantias pessoais.....	15
...	
Título III — Direitos e deveres económicos, sociais e culturais.....	16
...	
Capítulo II — Direitos e deveres sociais	16
...	
Parte II — Organização económica	17
Título I — Princípios gerais	17
...	
Título IV — Sistema financeiro e fiscal.....	18
...	
Parte III — Organização do poder político	19
Título I — Princípios gerais	19
...	
Título III — Assembleia da República.....	20
...	
Capítulo II — Competência	20
...	
Título IV — Governo	21
...	

Capítulo III — Competência	21
...	
Título V — Tribunais.....	22
...	
Capítulo II — Organização dos tribunais	22
...	
...	
Título VII — Regiões autónomas.....	22
...	
Título VIII — Poder Local	23
Capítulo I — Princípios gerais	23
...	
Capítulo IV — Região administrativa.....	24
...	
Título IX — Administração Pública.....	24
...	
Parte IV — Garantia e revisão da constituição.....	25
Título I — Fiscalização da constitucionalidade.....	25
...	
Título II — Revisão constitucional	25
...	
Disposições finais e transitórias.....	26
...	
LEI GERAL TRIBUTÁRIA	
Título I — Da ordem tributária	27
Capítulo I — Princípios gerais	27
Capítulo II — Normas tributárias	30
Título II — Da relação jurídica tributária	31
Capítulo I — Sujeitos da relação jurídica tributária	31
Capítulo II — Objecto da relação jurídica tributária.....	38
Capítulo III — Constituição e alteração da relação jurídica tributária	40
Capítulo IV — Extinção da relação jurídica tributária	41
Secção I — Pagamento da prestação tributária	41
Secção II — Caducidade do direito de liquidação	44
Secção III — Prescrição da prestação tributária.....	45
Capítulo V — Garantia da prestação tributária	47
Título III — Do procedimento tributário	49
Capítulo I — Regras gerais.....	49
Capítulo II — Sujeitos	54
Secção I — Administração tributária	54

Secção II — Contribuintes e outros interessados	65
Capítulo III — Do procedimento	70
Secção I — Início do procedimento.....	70
Secção II — Instrução	71
Capítulo IV — Decisão.....	73
Capítulo V — Procedimentos de avaliação.....	75
Secção I — Princípios gerais	75
Secção II — Avaliação indirecta	76
Subsecção I — Pressupostos	76
Subsecção II — Critérios	80
Subsecção III — Procedimentos	81
Título IV — Do processo tributário	84
Capítulo I — Acesso à justiça tributária.....	84
Capítulo II — Formas de processo e processo de execução	86
Título V — Das infracções fiscais.....	87

II.

NORMAS TRIBUTÁRIAS GERAIS

CÓDIGO DE PROCEDIMENTO E DE PROCESSO TRIBUTÁRIO

Título I — Disposições gerais	91
Capítulo I — Âmbito e direito subsidiário.....	91
Capítulo II — Dos sujeitos procedimentais e processuais.....	92
Secção I — Da personalidade e da capacidade tributárias.....	92
Secção II — Da legitimidade.....	93
Secção III — Da competência	94
Secção IV — Dos actos procedimentais e processuais.....	97
Subsecção I — Dos prazos	97
Subsecção II — Do expediente interno.....	99
Subsecção III — Das notificações e citações.....	102
Título II — Do procedimento tributário	108
Capítulo I — Disposições gerais	108
Capítulo II — Procedimentos prévios de informação e avaliação.....	111
Capítulo III — Do procedimento de liquidação	113
Secção I — Da instauração	113
Secção II — Da decisão.....	114
Secção III — Dos juros indemnizatórios.....	114
Secção IV — Procedimentos próprios.....	115

Capítulo IV — Do reconhecimento dos benefícios fiscais	117
Capítulo V — Dos recursos hierárquicos.....	118
Capítulo VI — Do procedimento de reclamação graciosa.....	118
Capítulo VII — Da cobrança.....	122
Secção I — Disposições gerais	122
Secção II — Das garantias da cobrança.....	122
Secção IV — Das formas e meios de pagamento.....	129
Capítulo VIII — Do procedimento de correcção de erros da administração tributária.....	131
Título III — Do processo judicial tributário	132
Capítulo I — Disposições gerais	132
Secção I — Da natureza e forma de processo judicial tributário	132
Secção II — Das nulidades do processo judicial tributário.....	134
Capítulo II — Do processo de impugnação	135
Secção I — Disposições gerais	135
Secção II — Da petição.....	135
Secção III — Da Contestação.....	138
Secção IV — Do conhecimento inicial do pedido	139
Secção V — Da instrução.....	140
Secção VI — Da sentença	143
Secção VII — Dos incidentes.....	144
Secção VIII — Da impugnação dos atos de autoliquidação, substituição tributária, pagamentos por conta e dos atos de liquidação com fundamento em classificação pautal, origem ou valor aduaneiro das mercadorias	145
Capítulo III — Dos processos de acção cautelar	147
Secção I — Disposições gerais	147
Secção II — Do arresto	147
Secção III — Do arrolamento.....	148
Secção IV — Da apreensão.....	149
Secção V — Da impugnação das providências cautelares adoptadas pela administração tributária.....	149
Capítulo IV — Acção para o reconhecimento de um direito ou interesse legítimo em matéria tributária	150
Capítulo V — Dos meios processuais acessórios	150
Capítulo VI — Da intimação para um comportamento	152
Título IV — Da execução fiscal.....	152
Capítulo I — Disposições gerais	152
Secção I — Do âmbito	152
Secção II — Da competência.....	153

Secção III — Da legitimidade	154
Subsecção I — Da legitimidade dos exequentes	154
Subsecção II — Da legitimidade dos executados	154
Secção IV — Dos títulos executivos	156
Secção V — Das nulidades processuais	157
Secção VI — Dos incidentes e impugnações	158
Secção VII — Da suspensão, interrupção e extinção do processo	158
Capítulo II — Do processo	162
Secção I — Disposições gerais	162
Secção II — Da instauração e citação	167
Secção III — Garantias especiais	172
Secção IV — Do pagamento em prestações	172
Secção V — Da dação em pagamento	178
Secção VI — Da oposição	180
Secção VII — Da apreensão de bens	184
Subsecção I — Do arresto	184
Subsecção II — Da penhora	184
Subsecção III — Dos embargos de terceiro	194
Secção VIII — Da convocação dos credores e da verificação dos créditos	195
Secção IX — Da venda dos bens penhorados	198
Secção X — Da extinção da execução	203
Subsecção I — Da extinção por pagamento coercivo	203
Subsecção II — Da extinção por pagamento voluntário	205
Subsecção III — Da declaração em falhas	207
Secção XI — Das reclamações e recursos das decisões do órgão da execução fiscal	207
Título V — Dos recursos dos actos jurisdicionais	209

REGIME JURÍDICO DA ARBITRAGEM EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA

Título I — Arbitragem tributária	215
Capítulo I — Disposições gerais	215
Secção I — Pressupostos	215
Secção II — Tribunais arbitrais	216
Capítulo II — Procedimento arbitral	219
Secção I — Constituição de tribunal arbitral	219
Secção II — Efeitos da constituição de tribunal arbitral	221
Capítulo III — Processo arbitral	222
Secção I — Disposições gerais	222

Secção II — Decisão arbitral	224
Secção III — Recurso da decisão arbitral.....	226
Secção IV — Impugnação da decisão arbitral.....	227
Título II — Disposições finais	227

REGIME COMPLEMENTAR DO PROCEDIMENTO DE INSPECÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

Parte I — Procedimento de Inspeção Tributária.....	229
Título I — Princípios e Disposições Gerais.....	229
Capítulo I — Objecto e âmbito.....	229
Capítulo II — Princípios do procedimento de inspecção tributária.....	231
Capítulo III — Classificações do procedimento de inspecção tributária.....	232
Título II — Competência e garantias de imparcialidade	234
Capítulo I — Competência.....	234
Capítulo II — Garantias de imparcialidade.....	235
Título III — Planeamento e selecção.....	236
Capítulo I — Planeamento.....	236
Capítulo II — Selecção.....	237
Título IV — Actos de inspecção.....	238
Capítulo I — Garantias do exercício da função inspectiva.....	238
Capítulo II — Local, horário dos actos de inspecção e prazo do procedimento	243
Capítulo III — Notificações e informações.....	245
Parte II — Marcha do procedimento de inspecção.....	247
Título I — Início do procedimento de inspecção.....	247
Capítulo I — Preparação, programação e planeamento	247
Capítulo II — Cooperação e notificação para início do procedimento.....	249
Título II — Actos do procedimento de inspecção	251
Título III — Conclusão e efeitos do procedimento de inspecção.....	254
Capítulo I — Conclusão do procedimento de inspecção.....	254
Capítulo II — Efeitos do procedimento de inspecção	256

ESTATUTO DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS

Título I — Tribunais administrativos e fiscais	258
Capítulo I — Disposições Gerais	258
Capítulo II — Organização e funcionamento dos tribunais administrativos e fiscais	261

Capítulo III — Supremo Tribunal Administrativo.....	263
Secção I — Disposições gerais	263
Secção II — Secção de Contencioso Administrativo.....	267
Secção III — Secção de Contencioso Tributário.....	268
Secção IV — Plenário	269
Capítulo IV — Tribunais centrais administrativos.....	270
Secção I — Disposições gerais	270
Secção II — Secção de Contencioso Administrativo.....	273
Secção III — Secção de Contencioso Tributário	274
Capítulo V — Tribunais administrativos de círculo	275
Capítulo VI — Tribunais tributários.....	281
Capítulo VII — Ministério Público.....	283
Capítulo VIII — Fazenda Pública	284
Capítulo IX — Serviços administrativos	285
Título II — Estatuto dos juizes.....	286
Capítulo I — Disposições gerais	286
Capítulo II — Recrutamento e provimento	287
Secção I — Disposições comuns.....	287
Secção II — Supremo Tribunal Administrativo.....	289
Secção III — Tribunais centrais administrativos.....	291
Secção IV — Tribunais administrativos de círculo e tribunais tributários.....	293
Título III — Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais	293
Título IV — Disposições finais e transitórias.....	298
 ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS	
Parte I — Princípios gerais.....	301
Parte II — Benefícios fiscais com carácter estrutural.....	306
...	
Capítulo III — Benefícios fiscais ao sistema financeiro e mercado de capitais	306
...	
Capítulo IV — Benefícios fiscais às zonas francas	309
Capítulo V — Benefícios fiscais relativos a relações internacionais.....	320
...	
Capítulo VI — Benefícios fiscais à capitalização das empresas.....	321
Capítulo VII — Benefícios fiscais relativos a bens imóveis.....	331
Capítulo VIII — Outros benefícios fiscais	341
...	
Capítulo IX — Benefícios fiscais à reestruturação empresarial.....	344
...	
Capítulo X — Benefícios fiscais relativos ao mecenato.....	344
Capítulo XI — Benefícios fiscais às cooperativas.....	352

Capítulo XII — Benefícios pela exigência de fatura.....	354
...	
Capítulo XIII — Benefícios ao reinvestimento de lucros e reservas.....	354
...	
Parte III — Benefícios fiscais com carácter temporário	354
...	

REGIME GERAL DAS INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Parte I — Princípios gerais.....	356
Capítulo I — Disposições comuns.....	356
Capítulo II — Disposições aplicáveis aos crimes tributários.....	360
Capítulo III — Disposições aplicáveis às contra-ordenações	364
Parte II — Do processo	369
Capítulo I — Processo penal tributário	369
Capítulo II — Processo de contra-ordenação tributária	374
Secção I — Disposições gerais	374
Secção II — Processo de aplicação das coimas	380
Subsecção I — Da fase administrativa.....	380
Subsecção II — Da fase judicial.....	384
Parte III — Das infracções tributárias em especial.....	386
Título I — Crimes Tributários.....	386
Capítulo I — Crimes tributários comuns.....	386
Capítulo II — Crimes aduaneiros	388
Capítulo III — Crimes fiscais	393
Capítulo IV — Crimes contra a segurança social.....	395
Título II — Contra-ordenações tributárias	395
Capítulo I — Contra-ordenações aduaneiras.....	395
Capítulo II — Contra-ordenações fiscais	401

III.

CÓDIGOS TRIBUTÁRIOS

I. Impostos sobre o rendimento

CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

Capítulo I — Incidência	413
Secção I — Incidência real	413
Secção II — Incidência pessoal	441

Capítulo II — Determinação do rendimento coletável.....	450
Secção I — Regras gerais.....	450
Secção II — Rendimentos do trabalho	455
Secção III — Rendimentos empresariais e profissionais.....	456
Secção IV — Rendimentos de capitais.....	466
Secção V — Rendimentos prediais	467
Secção VI — Incrementos patrimoniais	468
Secção VII — Pensões.....	474
Secção VIII — Dedução de perdas.....	475
Secção IX — Abatimentos	476
Secção X — Processo de determinação do rendimento coletável.....	477
Capítulo III — Taxas.....	483
Capítulo IV — Liquidação	495
Capítulo V — Pagamento.....	516
Capítulo VI — Obrigações acessórias.....	533
Capítulo VII — Fiscalização	544
Capítulo VIII — Garantias.....	545
Capítulo IX — Disposições diversas	545

TABELA DE ATIVIDADES DO ARTIGO 151.º DO CIRS

Anexo I — Tabela de atividades do artigo 151.º do CIRS	548
--	-----

TABELA DE ATIVIDADES DE ELEVADO VALOR ACRESCENTADO.....

Anexo I — Tabela de atividades de elevado valor acrescentado para efeitos do disposto no n.º 10 do artigo 72.º e no n.º 5 do artigo 81.º do Código do IRS	552
---	-----

CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS

Capítulo I — Incidência.....	554
Capítulo II — Isenções.....	563
Capítulo III — Determinação da matéria coletável.....	570
Secção I — Disposições gerais	570
Secção II — Pessoas coletivas e outras entidades residentes que exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola.....	572
Subsecção I — Regras gerais	572
Subsecção II — Mensuração e perdas por imparidades em ativos correntes	582
Subsecção III — Depreciações, amortizações e perdas por imparidades em ativos não correntes.....	586
Subsecção IV — Imparidades.....	591
Subsecção IV-A — Provisões.....	592
Subsecção V — Regime de outros encargos	594
Subsecção VI — Regime das mais-valias e menos-valias realizadas.....	600
Subsecção VII — Instrumentos financeiros derivados.....	606

Subsecção VIII — Empresas de seguros	607
Subsecção VIII-A — Rendimentos de direitos de autor e de direitos de propriedade industrial	608
Subsecção IX — Dedução de lucros e reservas distribuídos e de mais e menos-valias realizadas com a transmissão onerosa de partes sociais	610
Subsecção X — Dedução de prejuízos	615
Secção III — Pessoas coletivas e outras entidades residentes que não exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola.....	617
Secção III-A — Estabelecimentos estáveis de entidades residentes.....	619
Secção IV — Entidades não residentes.....	621
Secção V — Determinação do lucro tributável por métodos indiretos.....	622
Secção VI — Disposições comuns e diversas.....	624
Subsecção I — Correções para efeitos da determinação da matéria coletável	624
Subsecção I-A — Regras destinadas a neutralizar os efeitos de assimetrias híbridas	633
Subsecção II — Regime especial de tributação dos grupos de sociedades	640
Subsecção III — Transformação de sociedades.....	646
Subsecção IV — Regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas de partes sociais	646
Subsecção V — Liquidação de sociedades e outras entidades	656
Subsecção VI — Transferência de residência de uma sociedade para o estrangeiro e cessação de atividade de entidades não residentes.....	658
Subsecção VII — Realização de capital de sociedades por entrada de património de pessoa singular	662
Secção VII — Regime simplificado de determinação da matéria coletável.....	663
Capítulo IV — Taxas	666
Capítulo V — Liquidação	672
Capítulo VI — Pagamento	684
Secção I — Entidades que exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola	684
Secção II — Entidades que não exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola	688
Secção III — Disposições comuns	689
Capítulo VII — Obrigações acessórias e fiscalização	691
Secção I — Obrigações acessórias dos sujeitos passivos	691
Secção II — Outras obrigações acessórias de entidades públicas e privadas.....	703
Secção III — Fiscalização.....	705
Capítulo VIII — Garantias dos contribuintes	706
Capítulo IX — Disposições finais.....	709

REGIME DAS DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

Tabela I — Taxas específicas	722
Tabela II — Taxas genéricas	732

II. Impostos sobre o consumo

CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO

Capítulo I — Incidência.....	737
Capítulo II — Isenções.....	756
Secção I — Isenções nas operações internas.....	756
Secção II — Isenções na importação.....	762
Secção III — Isenções na exportação, operações assimiladas a exportações e trans- portes internacionais.....	764
Secção IV — Outras isenções.....	768
Capítulo III — Valor tributável.....	770
Secção I — Valor tributável nas transacções internas.....	770
Secção II — Valor tributável na importação de bens.....	773
Capítulo IV — Taxas.....	774
Capítulo V — Liquidação e pagamento do imposto.....	775
Secção I — Deduções.....	775
Secção II — Pagamento do imposto.....	785
Secção III — Outras obrigações dos contribuintes.....	788
Secção IV — Regimes especiais.....	807
Subsecção I — Regime de isenção.....	807
Subsecção II — Regime forfetário dos produtores agrícolas.....	810
Subsecção III — Regime dos pequenos retalhistas.....	812
Subsecção IV — Regime de tributação dos combustíveis líquidos aplicável aos revendedores.....	816
Secção V — Disposições comuns.....	818
Capítulo VI — Fiscalização e determinação oficiosa do imposto.....	829
Capítulo VII — Garantias dos sujeitos passivos.....	833
Capítulo VIII — Disposições finais.....	834
Lista I — Bens e serviços sujeitos a taxa reduzida.....	835
Lista II — Bens e serviços sujeitos a taxa intermédia.....	842
Anexo A — Lista das actividades de produção agrícola.....	843
Anexo B — Lista das prestações de serviços agrícolas.....	843
Anexo C — Lista dos bens a que se refere o artigo 15.º, n.º 4, do CIVA.....	843
Anexo D — Lista exemplificativa dos serviços prestados por via electrónica, a que se refere a alínea n) do n.º 8 do artigo 6.º.....	844
Anexo E — Lista dos bens e serviços do sector de desperdícios, resíduos e sucatas recicláveis a que se refere a alínea i) do n.º 1 do artigo 2.º.....	844
Anexo F — Lista das actividades de produção agrícola.....	845
Anexo G — Lista das prestações de serviços agrícolas.....	845

REGIME DO IVA NAS TRANSAÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS

Capítulo I — Incidência.....	846
------------------------------	-----

Capítulo II — Isenções	854
Capítulo III — Valor tributável	857
Capítulo IV — Taxas	858
Capítulo V — Liquidação e pagamento do imposto.....	858
Secção I — Deduções.....	858
Secção II — Reembolsos	859
Secção III — Pagamento do imposto	859
Capítulo VI — Outras obrigações dos sujeitos passivos	860
Capítulo VII — Disposições finais	866

III. Impostos sobre o património

CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS

Capítulo I — Incidência.....	869
Capítulo II — Isenções.....	873
Capítulo III — Matrizes prediais	876
Capítulo IV — Do objecto e tipos de avaliação na determinação do valor patrimonial tributário.....	878
Capítulo V — Do valor patrimonial tributário dos prédios rústicos	879
Secção I — Do rendimento fundiário.....	879
Secção II — Avaliação de base cadastral	879
Secção III — Avaliação de base não cadastral.....	884
Secção IV — Avaliação directa	884
Secção V — Disposições diversas	885
Capítulo VI — Do valor patrimonial tributário dos prédios urbanos.....	885
Secção I — Da iniciativa da avaliação.....	885
Secção II — Das operações de avaliação	886
Tabela I — Prédios urbanos destinados a habitação.....	890
Tabela II — Prédios urbanos destinados a comércio, indústria e serviços.....	891
Capítulo VII — Dos organismos de coordenação e de avaliação.....	895
Secção I — Da propriedade rústica.....	895
Subsecção I — Organismos de coordenação	895
Subsecção II — Dos peritos avaliadores	898
Secção II — Da propriedade urbana	899
Secção III — Disposições comuns.....	902
Capítulo VIII — Reclamações e impugnações da avaliação	903
Secção I — De prédios rústicos	903
Secção II — De prédios urbanos.....	905
Secção III — Disposição comum	907

Capítulo IX — Organização e conservação das matrizes.....	907
Secção I — Disposições comuns.....	907
Secção II — Matrizes cadastrais rústicas	909
Secção III — Matrizes não cadastrais rústicas	910
Secção IV — Matrizes urbanas	910
Secção V — Cadernetas prediais.....	911
Secção VI — Guarda e conservação do cadastro geométrico	912
Secção VII — Alterações matriciais.....	914
Secção VIII — Renovação das matrizes.....	915
Capítulo X — Taxas	916
Capítulo XI — Liquidação.....	921
Capítulo XII — Pagamento	923
Capítulo XIII — Fiscalização.....	924
Capítulo XIV — Garantias.....	926
Capítulo XV — Adicional ao Imposto Municipal sobre Imóveis.....	929
Secção I — Incidência	929
Secção II — Valor tributável.....	930
Secção III — Taxa	932
Secção IV — Liquidação e Pagamento.....	933
Secção V — Disposições relativas a impostos de rendimento	934
Secção VI — Outras disposições.....	935
Capítulo XVI — Disposições diversas	935

CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS

Capítulo I — Incidência.....	938
Capítulo II — Isenções	942
Capítulo III — determinação do valor tributável	948
Capítulo IV — Taxas	955
Capítulo V — Liquidação.....	957
Capítulo VI — Cobrança.....	963
Capítulo VII — Garantias	965
Capítulo VIII — Fiscalização.....	966
Capítulo IX — Disposições diversas	969

CÓDIGO DO IMPOSTO DO SELO

Capítulo I — Incidência.....	970
Capítulo II — Isenções	979
Capítulo III — Valor tributável	984
Secção I — Regras gerais.....	984
Secção II — Nas transmissões gratuitas	985
Capítulo IV — Taxas.....	991
Capítulo V — Liquidação.....	991
Secção I — Regras Gerais.....	991

ÍNDICE

Secção II — Nas transmissões gratuitas	992
Secção III — Regras comuns.....	998
Capítulo VI — Pagamento	999
Capítulo VII — Garantias	1002
Capítulo VIII — Obrigações acessórias e fiscalização.....	1002
Secção I — Regras Gerais.....	1002
Subsecção I — Obrigações dos sujeitos passivos.....	1002
Subsecção II — Obrigações de entidades públicas e privadas.....	1005
Secção II — Nas transmissões gratuitas	1006
Capítulo IX — Disposições diversas	1007
TABELA GERAL DO IMPOSTO DO SELO	1010
Índice.....	1015



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt